





LDO 2017	PLN 13/2017
Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016	Art. 1º A Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016 , passa a vigorar com as seguintes alterações:
Art. 43. As classificações das dotações previstas no art. 7º, as fontes de financiamento do Orçamento de Investimento e os códigos e títulos das ações e dos subtítulos poderão ser alterados de acordo com as necessidades de execução, mantido o valor total do subtítulo e observadas as demais condições de que trata este artigo, em conformidade com o disposto nos parágrafos abaixo.	“Art. 43.
§ 1º As alterações de que trata o caput poderão ser realizadas, justificadamente, se autorizadas por meio de:	§ 1º
III - portaria da Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, no que se refere aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social:	III -
a) para as fontes de recursos, inclusive as de que trata o art. 119, observadas as vinculações previstas na legislação, para os identificadores de uso e de resultado primário e para as esferas orçamentárias, exceto para as alterações do identificador de resultado primário 3 (RP 3) , 6 (RP 6) e 7 (RP 7) , observado o disposto no § 5º ;	a) para as fontes de recursos, inclusive as de que trata o art. 119, observadas as vinculações previstas na legislação, para os identificadores de uso e de resultado primário e para as esferas orçamentárias, exceto para as alterações do identificador de resultado primário ^6 (RP 6)^ ;

 Texto alterado  Texto revogado  Texto excluído  Indicador de exclusão de termo ou dispositivo

LDO 2017	PLN 13/2017
	§ 6º A alteração do identificador de resultado primário 7 (RP 7) dependerá de solicitação ou concordância expressa da bancada estadual autora da emenda, devendo ser mantido o valor total dos subtítulos com esse identificador.” (NR)
Art. 72. A obrigatoriedade de execução referente a programações incluídas ou acrescidas por emendas de bancada estadual compreendidas nas ações constantes da Seção I do Anexo de Prioridades e Metas e aprovadas na Lei Orçamentária de 2017 compreende, no exercício de 2017, cumulativamente, o empenho e o pagamento correspondentes a 0,6% (seis décimos por cento) da receita corrente líquida realizada no exercício de 2016.	“Art. 72.
	§ 6º Até 30 de novembro de 2017, o Poder Executivo poderá incluir as programações constantes de créditos adicionais abertos com identificador de resultado primário 7 (RP 7) ou decorrentes das alterações feitas na forma da alínea “a” do inciso III do § 1º do art. 43 na lista constante da Seção I do Anexo de Prioridades e Metas, observado o disposto no § 6º do art. 43.”

LDO 2017	PLN 13/2017
<p>Art. 137. Para fins de realização da audiência pública prevista no § 4º do art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, o Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional, até três dias antes da audiência ou até o último dia dos meses de maio, setembro e fevereiro, o que ocorrer primeiro, relatórios de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário, com as justificativas de eventuais desvios e indicação das medidas corretivas adotadas.</p> <p>.....</p>	<p>“Art. 137.</p> <p>.....</p>
	<p>§ 2º O relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário referente ao terceiro quadrimestre de 2017 conterá, adicionalmente, o demonstrativo do montante das despesas primárias pagas pelos órgãos no exercício e das demais operações que afetaram o resultado primário, em comparação com os limites estabelecidos na forma dos § 1º, § 7º e § 8º do art. 107 do ADCT.</p>
	<p>§ 3º O demonstrativo a que se refere o § 2º será encaminhado aos órgãos a que se referem os incisos II a V do caput do art. 107 do ADCT, nos prazos previstos no caput deste artigo.</p>
<p>§ 2º A Comissão Mista a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição Federal poderá, por solicitação do Poder Executivo ou por iniciativa própria, adiar as datas de realização da audiência prevista no caput.</p>	<p>§ 4º A Comissão Mista a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição poderá, por solicitação do Poder Executivo ou por iniciativa própria, adiar as datas de realização da audiência prevista no caput.” (NR)</p>

 Texto alterado
 Texto revogado
 abc Texto excluído
 ^ Indicador de exclusão de termo ou dispositivo

LDO 2017	PLN 13/2017																				
	Art. 2º O Anexo VII à Lei nº 13.408, de 2016 , passa a vigorar acrescido das programações constantes do Anexo a esta Lei.																				
	<p align="center">ANEXO (Anexo VII à Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016)</p> <p>Seção I - Programações Prioritárias sujeitas ao regime de que trata o art. 72</p> <table> <tr> <th align="left">Programa, Ações e Produtos (unidades de medida)</th><th align="right">Meta 2017</th></tr> <tr> <td>2081 Justiça, Cidadania e Segurança Pública</td><td></td></tr> <tr> <td>155N <i>Aprimoramento da Infraestrutura e Modernização Do Sistema Penal</i></td><td></td></tr> <tr> <td> <i>Iniciativa apoiada (unidade)</i></td><td align="right">3</td></tr> <tr> <td>2084 Recursos Hídricos</td><td></td></tr> <tr> <td>10F6 <i>Implantação da Adutora do Agreste no Estado de Pernambuco</i></td><td></td></tr> <tr> <td> <i>Obra executada (% de execução física)</i></td><td align="right">14</td></tr> <tr> <td>2087 Transporte Terrestre</td><td></td></tr> <tr> <td>20VK <i>Manutenção de Trechos Rodoviários na Região Norte</i></td><td></td></tr> <tr> <td> <i>Trecho mantido (km)</i></td><td align="right">2.000</td></tr> </table>	Programa, Ações e Produtos (unidades de medida)	Meta 2017	2081 Justiça, Cidadania e Segurança Pública		155N <i>Aprimoramento da Infraestrutura e Modernização Do Sistema Penal</i>		<i>Iniciativa apoiada (unidade)</i>	3	2084 Recursos Hídricos		10F6 <i>Implantação da Adutora do Agreste no Estado de Pernambuco</i>		<i>Obra executada (% de execução física)</i>	14	2087 Transporte Terrestre		20VK <i>Manutenção de Trechos Rodoviários na Região Norte</i>		<i>Trecho mantido (km)</i>	2.000
Programa, Ações e Produtos (unidades de medida)	Meta 2017																				
2081 Justiça, Cidadania e Segurança Pública																					
155N <i>Aprimoramento da Infraestrutura e Modernização Do Sistema Penal</i>																					
<i>Iniciativa apoiada (unidade)</i>	3																				
2084 Recursos Hídricos																					
10F6 <i>Implantação da Adutora do Agreste no Estado de Pernambuco</i>																					
<i>Obra executada (% de execução física)</i>	14																				
2087 Transporte Terrestre																					
20VK <i>Manutenção de Trechos Rodoviários na Região Norte</i>																					
<i>Trecho mantido (km)</i>	2.000																				

 Texto alterado
 Texto revogado
 abc Texto excluído
 ^ Indicador de exclusão de termo ou dispositivo

Elaborado pelo Serviço de Medidas Orçamentárias - Telefone: 3303-5906
 (Elaboração: 04/08/2017 12:57)



Quadro Comparativo




Lei de Diretrizes Orçamentárias (nº 13.408/2016)

X

Projeto de Lei nº 13, de 2017-CN

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional - SLCN

LDO 2017	PLN 13/2017
	0909 Operações Especiais: Outros Encargos Especiais <i>0E45 Participação da União no Capital da Empresa</i> <i>Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária</i>
	Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

 Texto alterado  Texto revogado  Texto excluído  Indicador de exclusão de termo ou dispositivo

Elaborado pelo Serviço de Medidas Orçamentárias - Telefone: 3303-5906
(Elaboração: 04/08/2017 12:57)